

---

# Educação e Formação em Portugal

---



2021  
PORTUGAL.EU

---

# Ficha Técnica

## Título

Educação e Formação em Portugal | Education and Training in Portugal

## Autoria

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)  
Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

## Data da Publicação

Janeiro 2021

## Design Gráfico

Carolina Mira da Silva

## Línguas

Português e Inglês

## ISBN

978-972-614-721-3



Cofinanciado pelo  
Programa Erasmus+  
da União Europeia



---

# Índice

Prefácio (Ministro da Educação)	4-5
<b>1.</b> Sistema educativo português	6-7
<b>2.</b> Escolaridade e qualificação da população	8-9
<b>3.</b> Rede educativa	10-11
<b>4.</b> Educação pré-escolar: rumo à universalização	12-13
<b>5.</b> Educação básica: qualidade das aprendizagens	14-15
<b>6.</b> Ensino secundário e formação profissional: múltiplas vias	16-17
<b>7.</b> Ensino superior: sociedade do conhecimento	18-19
<b>8.</b> Educação e formação de adultos: literacia e qualificação	20-21
<b>9.</b> Equidade e inclusão	22-23
<b>10.</b> Educação e competências digitais	24-25
<b>11.</b> Avaliação como alavanca de desenvolvimento	26-27

---

## Prefácio



“A Europa connosco” foi o feliz mote que esse enorme europeu chamado Mário Soares escolheu para, desde a fundação da nossa democracia, orientar as nossas aproximação, integração e participação europeias. O que, nessa altura, soava a profecia, podemos hoje, quase cinco décadas depois, citar como lugar comum. Por Portugal ser já Europa; e a Europa ser, também, já Portugal.

É este o espírito desta pequena brochura que, por ocasião da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, procura apresentar, de forma breve, o sistema português de educação e formação, a evolução dos seus principais indicadores ao longo das últimas décadas e as principais políticas atualmente em vigor, para um público generalista e internacional.

Num primeiro plano, estes dados mostram como a educação e formação em Portugal tem evoluído, no passado recente, para proporcionar a todos aqueles que aqui habitam condições de aprendizagem e desenvolvimento similares às que se observam no resto da Europa.

Isso é evidente quando vemos – no principal indicador assumido a nível europeu para a área da educação – que, há apenas vinte anos, cerca de 45% dos jovens abandonavam precocemente a escola para engrossar as fileiras do trabalho desqualificado, sendo que hoje essa situação atinge apenas 10% dos jovens, em linha com a média europeia. O mesmo se pode dizer quanto aos progressos das taxas de pré-escolarização, dos resultados nos testes internacionais, das taxas de retenção ou dos níveis de diplomação do ensino profissional e do ensino superior.

---

Num segundo plano, um olhar mais conhecedor poderá observar um conjunto de especificidades e até de aspetos inovadores, tal como tende a ser cada vez mais reconhecido a nível internacional, nas políticas públicas em Portugal e no modo como o sistema se tem organizado, o que está na base da evolução dos referidos indicadores.

É essa dualidade – convergência e pluralidade – que alimenta o Espaço Europeu de Educação que pretendemos reforçar com a Presidência Portuguesa e ao longo dos próximos anos. Ou seja, um espaço que assegure direitos e alargue oportunidades a todos os cidadãos que nele habitem, valorizando as singularidades nacionais e aprendendo com o melhor do que é feito em cada país.

Vivemos tempos particularmente complexos, angustiantes e imprevisíveis, a braços com uma pandemia à escala global. Ora, a melhor forma de o fazermos é construirmos hoje, a 27, o nosso futuro comum, desde logo na Educação e na Formação.

Um futuro que passa certamente por sermos capazes de darmos o salto tecnológico para a inovação pedagógica; o salto social para um combate mais eficaz das desigualdades; e um salto educativo para acelerar o caminho da igualdade de oportunidades e de sucesso. Estes são os desafios estratégicos que enfrentamos e estes são os passos que vos convidamos, connosco, a dar.

*Tiago Brandão Rodrigues*  
Ministro da Educação  
República Portuguesa  
XXII Governo Constitucional

---

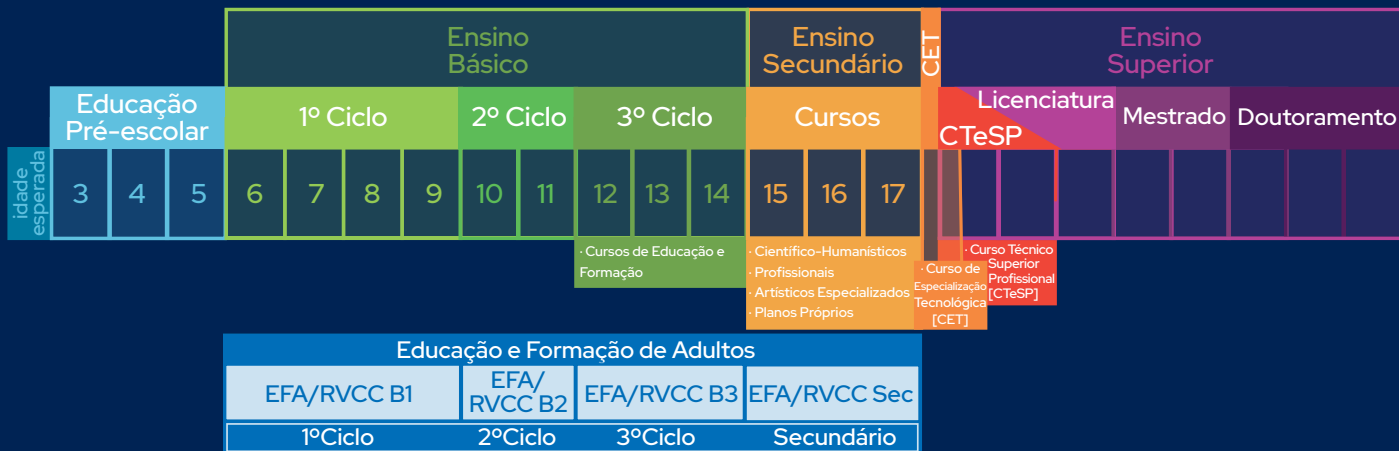
# 1. Sistema educativo português

A partir de 1986, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, determinou-se que este seria composto por:

- Educação Pré-Escolar, para crianças dos 3 aos 5 anos, com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento, estabilidade, segurança, integração e participação;
- Ensino Básico, para alunos a partir dos 6 anos de idade, compreendendo 9 anos de escolaridade, divididos em três ciclos distintos (o primeiro dos quais em regime de monodocência), com o intuito de providenciar uma formação geral comum a todos os cidadãos;
- Ensino Secundário, após a conclusão do ensino básico, composto por 3 anos de escolaridade e organizado em diferentes cursos, com o propósito de desenvolver o raciocínio, a reflexão e a curiosidade científica, a cultura humanística, artística, científica e técnica, para o prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa (obrigatório desde 2008);
- Ensino superior, para estudantes com o ensino secundário completo ou equivalente, com o objetivo de formar em diferentes áreas de conhecimento e estimular o desenvolvimento do espírito crítico, bem como a participação na sociedade.

O sistema de educação e formação integra ainda as seguintes modalidades:

a) educação especial; b) formação profissional; c) educação de adultos; d) ensino à distância; e) ensino português no estrangeiro.



---

## 2. Escolaridade e qualificação da população

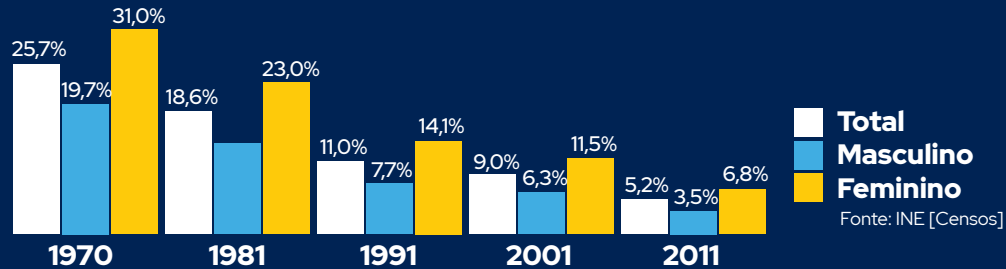
Portugal era, até aos anos 1970, um país caracterizado por taxas de analfabetismo massivas, em que a escolaridade e as qualificações, de nível secundário e superior, eram alcançadas por uma minoria da população. Essa realidade ainda é bem visível nas qualificações da população ativa face às médias europeias, sobretudo nas gerações mais velhas, o que não deixa de ser um desafio central à competitividade e coesão do país. Ainda assim, o desenvolvimento do sistema educativo nas últimas décadas tem permitido uma evolução muito rápida das taxas de escolarização e qualificação, visível em níveis de diplomados do ensino superior já próximos das médias europeias entre a população mais jovem.

Das políticas que têm vindo a permitir este desenvolvimento podemos salientar:

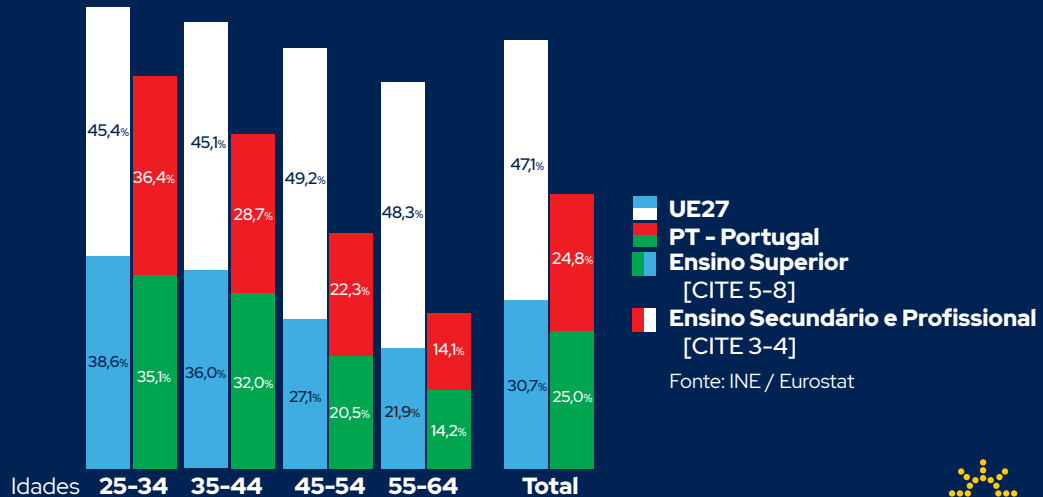
- Alargamento progressivo da escolaridade obrigatória, cobrindo hoje dos 6 aos 18 anos de idade;
- expansão e diversificação das ofertas de educação e formação, no ensino secundário e superior;
- reabilitação das escolas;
- autonomia e flexibilidade curricular, promoção do sucesso escolar e educação inclusiva;
- alargamento dos apoios sociais aos estudantes e às suas famílias;
- territorialização e trabalho em rede com um conjunto de entidades, nomeadamente, autarquias, segurança social, centros de saúde, forças policiais, organizações sociais, culturais, desportivas e de juventude, entre outras.



## Taxa de analfabetismo: Total e por Sexo



## Percentagem da população com ensino superior e ensino secundário, em 2019



---

## 3. Rede Educativa

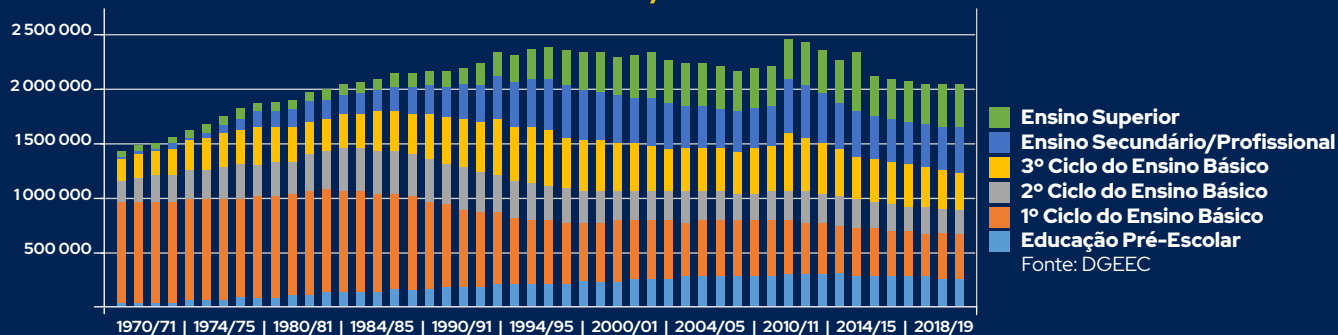
A rede educativa é composta por estabelecimentos muito diversos, dando resposta às necessidades e estratégias dos diferentes territórios. As tipologias mais comuns são: o jardim-de-infância, a escola básica do 1º ciclo (antiga “escola primária”), a escola básica do 2º e 3º ciclos, a escola secundária, a escola profissional com ou sem 3º ciclo, o instituto politécnico e a universidade.

Existe um número crescente de estabelecimentos que oferecem vários níveis, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, no quadro de uma política que tem procurado ajustar a rede às mudanças demográficas e combater a sua fragmentação, através de equipamentos e respostas mais integrados, qualificados e diversificados.

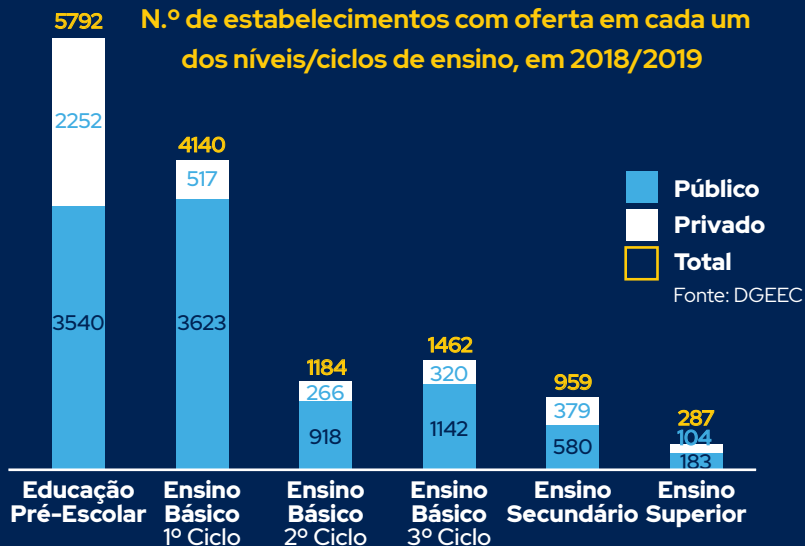
Com o mesmo propósito, desde 1998, os estabelecimentos do ensino pré-escolar, básico e secundário de um mesmo território têm vindo a ser agregados num único agrupamento, com uma direção e um projeto educativos comuns, permitindo uma melhor partilha de recursos, uma oferta curricular enriquecida e um acompanhamento mais efetivo dos percursos educativos dos alunos.

Além da rede pública (que acolhe cerca de 3/4 dos alunos), existem igualmente estabelecimentos privados, com licença de funcionamento e atribuição de graus por parte do Estado. Em geral, estes têm um cariz supletivo, correspondendo a uma opção dos cidadãos, ainda que em casos excecionais possam cumprir funções delegadas do Estado e, nesse caso, contam com financiamento público.

## N.º de alunos nos diferentes níveis/ciclos de ensino



## N.º de estabelecimentos com oferta em cada um dos níveis/ciclos de ensino, em 2018/2019



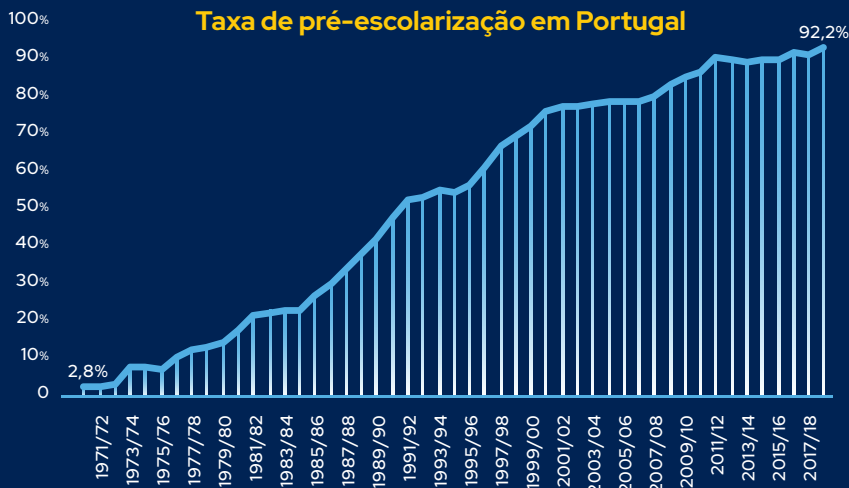
---

## 4. Educação pré-escolar: rumo à universalização

Em 1980, quatro em cada cinco crianças não frequentava qualquer oferta educativa antes dos 6 anos de idade. Sem nunca tornar esta oferta obrigatória, Portugal conseguiu em apenas quatro décadas generalizar o acesso à educação pré-escolar, entre os 3 e os 5 anos de idade (84% e 98% em 2018/19, respetivamente), um aspeto fundamental para o desenvolvimento de todos os jovens e para o combate às desigualdades sociais.

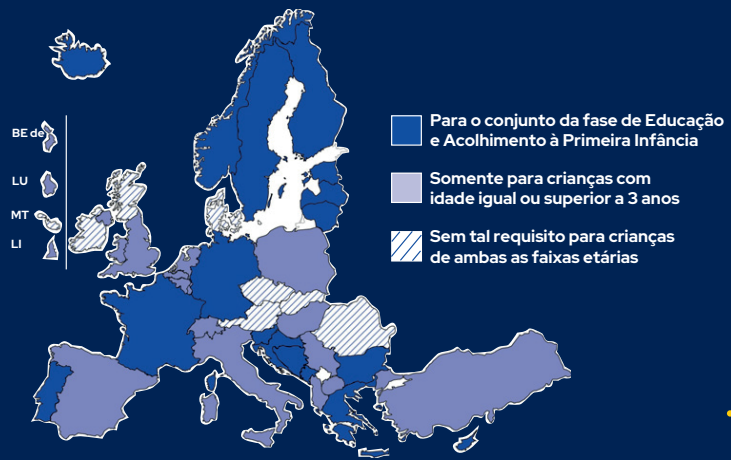
Neste processo podemos destacar a aposta consistente de sucessivos governos, o envolvimento crescente das autarquias e a articulação virtuosa entre as seguintes dimensões da política educativa:

- Alargamento da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar em todo o país, dando resposta às necessidades emergentes em cada território, através tanto da abertura de estabelecimentos públicos como de protocolos com instituições particulares e de solidariedade social;
- Sensibilização das populações para a importância da educação pré-escolar para o desenvolvimento e o sucesso educativo subsequente das crianças;
- Reforço dos profissionais com a atribuição de um educador e um assistente para cada sala de educação pré-escolar;
- Qualificação dos profissionais, colocando como requisito a conclusão de um mestrado em educação de infância para ser docente e a conclusão do ensino secundário para ser assistente;
- Produção de Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar no sentido de apresentar os fundamentos e princípios da pedagogia para a infância, a intencionalidade educativa e a organização do espaço educativo para todas as crianças entre os 3 e os 5 anos de idade.



Fonte: DGEEC

### Países em que é obrigatória a licenciatura para Educação e Acolhimento à Primeira Infância [0 aos 6 anos]



Fonte: Eurydice, Números-Chave sobre a Educação Pré-Escolar e Cuidados para a Infância 2019

---

## 5. Educação básica: qualidade das aprendizagens

Progressivamente, a qualidade educativa tem vindo a ser apontada, em todo o mundo, como um fator fundamental para o crescimento e a coesão.

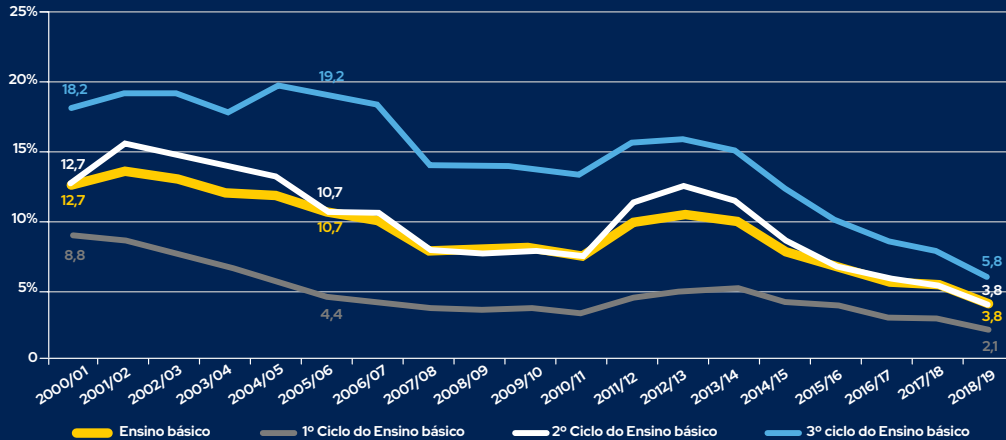
A este propósito, os dados relativos à avaliação dos alunos ao longo do ensino básico apontam para uma redução consistente das classificações negativas e das retenções, ao longo das últimas décadas e com uma aceleração nos últimos anos. Além disso, as principais avaliações externas internacionais, tais como o PISA, o TIMSS ou o PIRLS, têm observado progressos muito relevantes nas aprendizagens dos alunos do sistema educativo português, ao longo dos últimos vinte anos, o que é particularmente notável considerando que esta evolução não se tem observado no total do continente europeu.

Estes progressos têm sido alavancados por um conjunto de programas educativos, assentes na autonomia das escolas e na inovação, entre os quais:

- Plano Nacional de Leitura;
- Ciência Viva (Clubes CVnE);
- Avaliação Externa das Escolas;
- Novas Oportunidades / Qualifica;
- Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;
- Planos de Inovação.

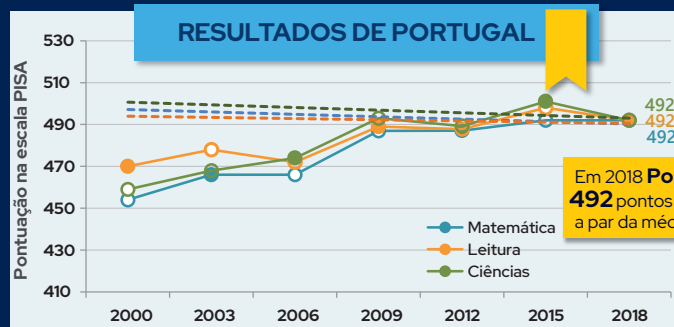
De destacar a publicação em 2017 do [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória](#) e, em 2018, a reorganização curricular que consagra o princípio da autonomia e flexibilidade curricular das escolas, assim como o enquadramento legal da Educação Inclusiva e a definição das Aprendizagens Essenciais. Estes processos resultaram do envolvimento alargado das comunidades educativas e da sociedade civil, definindo um rumo para a educação básica e secundária que se pretende para as atuais gerações.

## Taxa de retenção e desistência no ensino básico, por ciclo de estudos [Portugal · 2000/01 a 2018/19]



Fonte: DGEEC, Educação em Números 2020

## Resultados dos alunos a estudar em Portugal nos testes PISA [OCDE], 2000 a 2018



Em 2018 Portugal obteve 492 pontos nos 3 domínios, a par da média da OCDE

Fonte: IAVE



---

## 6. Ensino secundário e profissional: múltiplas vias

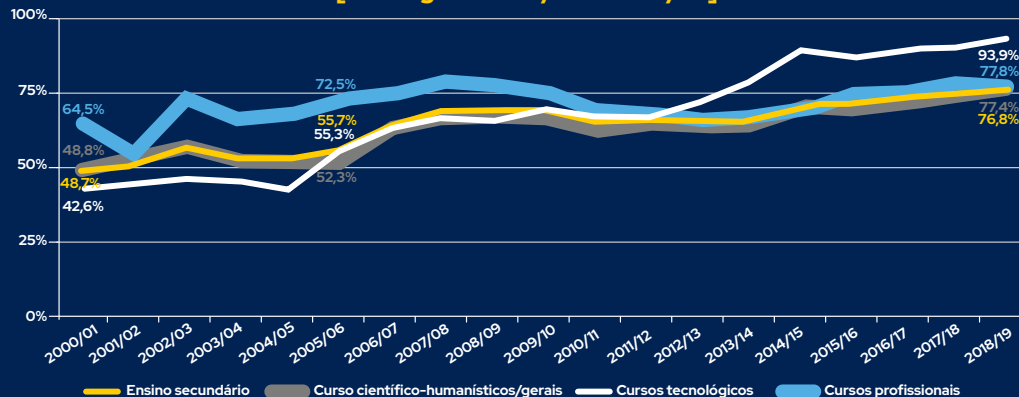
Após uma formação comum ao longo dos 9 anos de escolaridade básica, os alunos portugueses têm à sua disposição um conjunto alargado de ofertas de educação e formação para a frequência do secundário, entre as quais, quatro diferentes cursos científico-humanísticos (ciências e tecnologias, ciências socioeconómicas, artes e humanidades), bem como dezenas de cursos (profissionais, tecnológicos, artísticos, de currículos próprios, de aprendizagem), conferentes de uma dupla certificação (CITE-4), permitindo, portanto, quer o prosseguimento de estudos superiores quer um acesso qualificado ao mercado de trabalho.

A este propósito, vale a pena destacar algumas medidas recentes e em curso, na valorização do ensino profissional:

- Adequação das ofertas de educação e formação de dupla certificação ao Catálogo Nacional de Qualificações;
- Ajustamento anual das ofertas às dinâmicas do mercado de trabalho, com recurso a um Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação;
- Garantia da Qualidade do Ensino Profissional de acordo com os parâmetros europeus (EQAVET);
- Organização modular dos cursos e atribuição de créditos alinhados com o sistema europeu (ECVET), reforçando a flexibilidade, a mobilidade e o reconhecimento dos percursos formativos;
- Sistematização e divulgação de todas as ofertas existentes no [Portal da Oferta Formativa](#), assim como dos resultados obtidos por cada estabelecimento de ensino no [InfoEscolas](#).

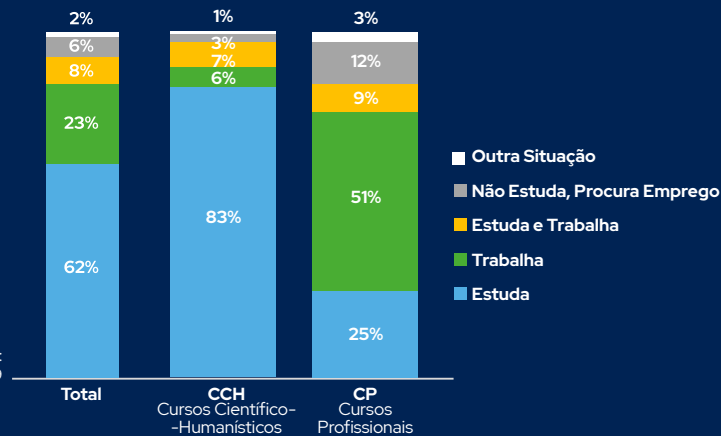


## Taxa de conclusão no ensino secundário, por oferta de educação e formação [Portugal · 2000/01 a 2018/19]



Fonte: DGEEC, Educação em Números 2020

## Situação dos jovens um ano após a conclusão do ensino secundário, por oferta de educação e formação [%]



Fonte: DGEEC, OTES:  
Jovens no pós-secundário em 2019

---

## 7. Ensino Superior: sociedade do conhecimento

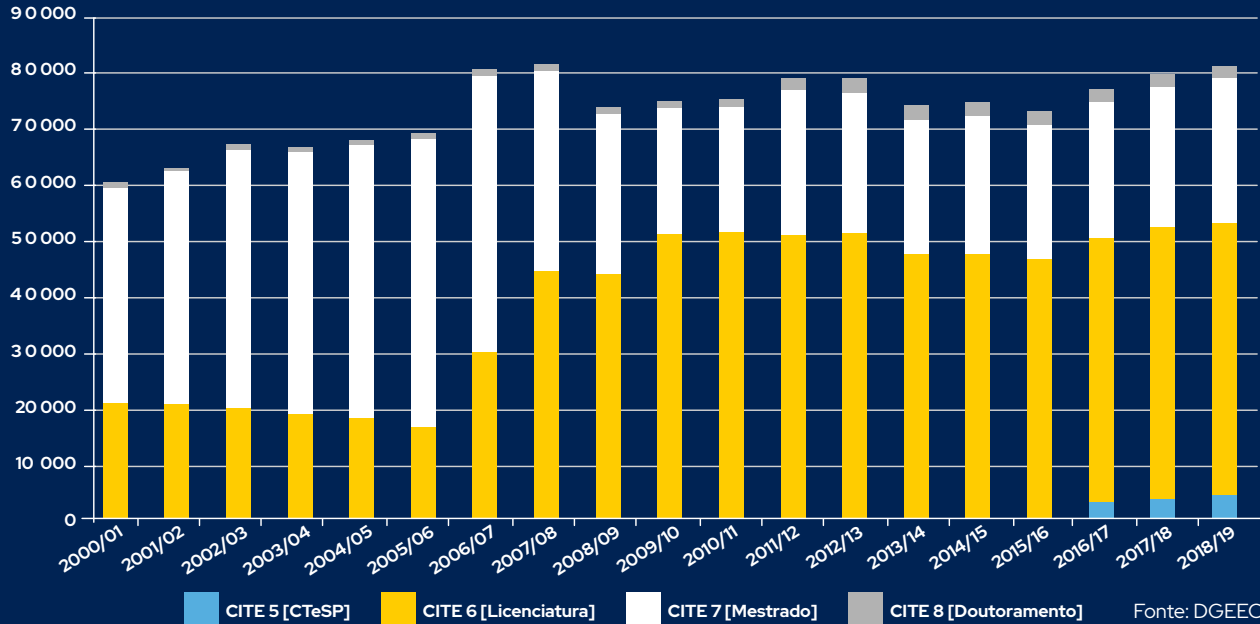
O ensino superior, em Portugal, tem conhecido um desenvolvimento notável, encontrando-se numa situação próxima dos seus congéneres europeus. Este crescimento tem sido evidente, sobretudo, ao nível dos doutoramentos (4 vezes mais doutorados do que vinte anos antes), a par da criação de cursos de técnicos superiores profissionais.

Este crescimento é particularmente expressivo se considerarmos que a quebra da natalidade reduziu de forma significativa o número de jovens no país. Em 2000, apenas 7,5% da população ativa em Portugal tinha estudos superiores. Em 2019, já eram 23,8% (36,2% na faixa 30-34 anos, aproximando-se rapidamente da média europeia).

Esta modernização do ensino foi possível devido à persistência das políticas públicas apostadas na qualificação superior de ativos, incluindo:

- o reforço e a desburocratização dos apoios aos estudantes de origens mais vulneráveis;
- a avaliação e acreditação independente de todas as instituições e ciclos de estudos;
- a aposta na internacionalização, com o estabelecimento de parcerias estratégicas e a atração de estudantes, professores e investigadores estrangeiros;
- o reforço contínuo da abertura à sociedade civil e aos mercados de trabalho;
- o estímulo à adoção de sistemas de gestão flexível pelas instituições, com respeito pela sua autonomia e articulação com as políticas regionais de desenvolvimento.

## N.º de diplomados do ensino superior, por ciclo de estudos [Portugal 2000/01 a 2018/19]



---

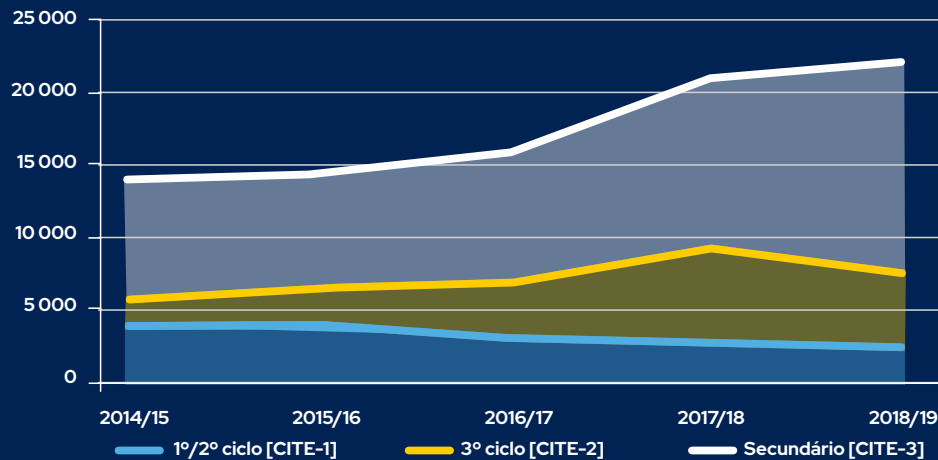
## 8. Educação e formação de adultos: literacia e qualificação

A educação e formação de adultos, em Portugal, tem tido uma história de altos e baixos, com movimentos de grande vitalidade intercalados de períodos de escassez de ofertas. No passado recente, o sistema foi muito afetado pela crise económica e as políticas de austeridade, mas nos últimos anos tem vindo a crescer, a partir do lançamento do Programa Qualifica em 2017, ancorado a uma rede mais de 300 centros espalhados pelo país, sediados em escolas, centros de emprego e outras estruturas comunitárias. Estes centros são responsáveis por:

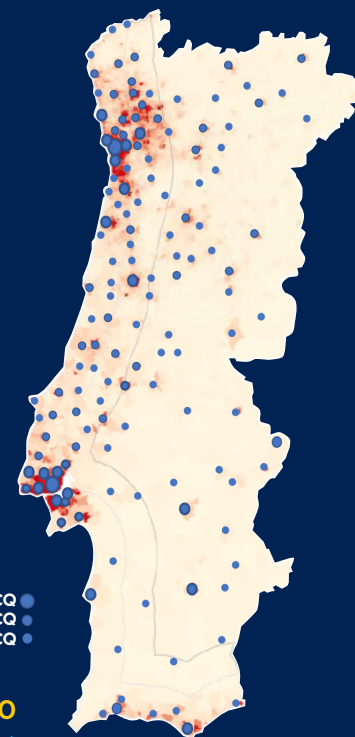
- diagnóstico, orientação e encaminhamento de adultos para ofertas de educação e formação;
- reconhecimento, validação e certificação de competências ;
- mobilização de parcerias locais para fomentar a qualificação dos adultos.

O crescimento tem sido mais evidente no nível de ensino secundário, apresentando menos expressão nos níveis mais básicos de educação e formação, o que se espera colmatar com o recém-criado Plano Nacional de Literacia de Adultos.

## N.º de diplomados do sistema de educação de formação de adultos [Portugal, 2014/15 a 2018/19]



Fonte: DGEEC



Mais de 3 CQ  
2-3 CQ  
1 CQ

## Distribuição Centros Qualifica, em 2020

Fonte: Portal Qualifica, [www.qualifica.gov.pt](http://www.qualifica.gov.pt)

---

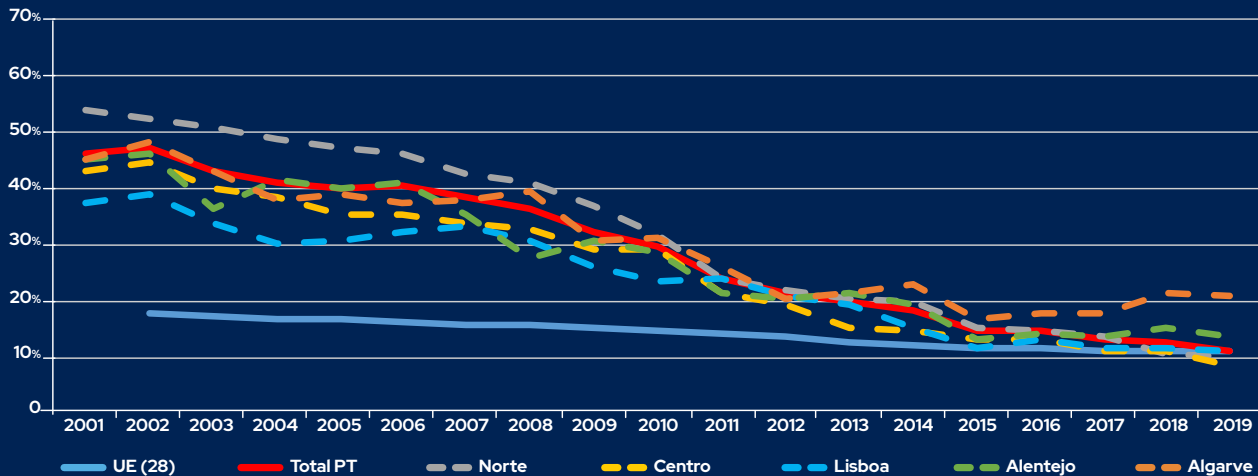
## 9. Equidade e Inclusão

Tendo a igualdade de oportunidades como princípio constitucional organizador, o sistema educativo tem vindo nas últimas décadas a apresentar progressos notáveis na capacidade de garantir a todos os alunos oportunidades de acesso e de sucesso na escola. A taxa de abandono precoce da educação e formação era de mais de 40% no início do século e reduziu-se para 10%, em menos de duas décadas, alcançando a média europeia. Será útil também recordar que os alunos portugueses têm uma escolaridade obrigatória de 12 anos, assente numa educação básica de tronco comum de 9 anos, sendo que apenas 0,06% frequenta instituições de educação especial.

Este trabalho tem sido ancorado num conjunto de programas, dos quais se destacam:

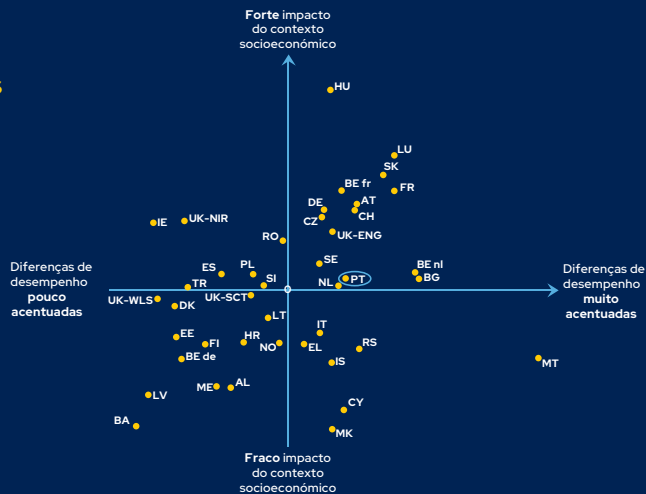
- a **Ação Social Escolar**, incluindo alimentação, transporte, materiais escolares, etc., a alunos de condições socioeconómicas mais frágeis;
- a **Educação Inclusiva**, cujo novo regime jurídico foi aprovado em 2018;
- o **Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar**;
- os **Territórios Educativos de Intervenção Prioritária**, providenciando um apoio suplementar às escolas em contextos mais vulneráveis;
- **Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância**;
- **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**;
- **Ensino do Português Língua Não Materna**;
- **Apoio Tutorial Específico**, para todos os alunos com mais de uma retenção.

## Taxa de abandono precoce da educação e formação 2001 a 2019



Fonte: INE/Eurostat

## Níveis de equidade, Inclusão e Justiça nos Sistemas Educativos Europeus



Fonte: Eurydice  
Equity in School Education in Europe 2020

---

## 10. Educação e competências digitais

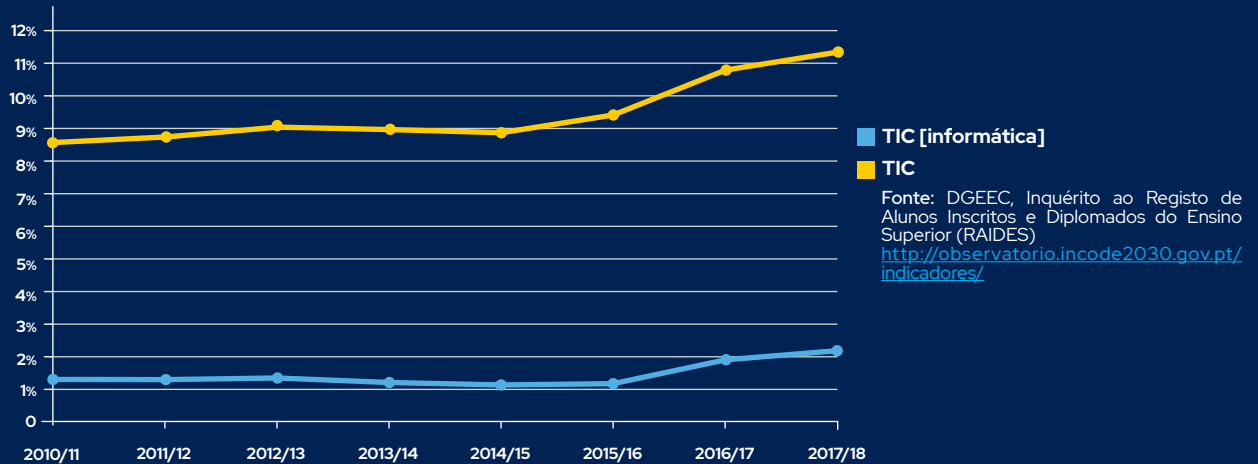
A educação e formação desempenham um papel fundamental na preparação dos cidadãos para serem protagonistas da transição digital que vivemos, mobilizando as novas tecnologias para potenciar os seus projetos de vida e lidando igualmente com os desafios que nos apresentam. Essas competências são hoje apontadas como decisivas para o desenvolvimento económico, a coesão social e a vida democrática.

Neste âmbito, o sistema educativo português tem um já longo património, desde o projeto *Minerva*, nos anos 1980, passando pelo Plano Tecnológico da Educação, na primeira década do século XXI, mas que foi muito afetado pela crise económica e pelas políticas de austeridade. Nos últimos anos, este trabalho foi retomado, com ambições redobradas, no quadro de uma política intergovernamental, consubstanciada no [INCoDe.2030](#) e, mais recentemente, pelo Plano de Ação para a Transição Digital.

Em termos educativos, até ao momento, podemos realçar a introdução da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação como disciplina obrigatória dos currículos do ensino básico, o aumento das vagas no ensino superior em cursos relacionados com as TIC, o desenvolvimento em centenas de escolas de projetos na área da programação e da robótica, bem como as ações em curso de disponibilização de computadores e conectividade a todos os estudantes, iniciando-se por aqueles que se encontram em contextos de maior vulnerabilidade, e o programa nacional de formação de professores em competências digitais.



## Evolução da % de diplomados do ensino superior em cursos TIC, em Portugal



## Metas para a próxima década, em Portugal

- Melhorar a cobertura e a qualidade do acesso à internet nas escolas com a atualização da rede wi-fi à escala nacional;
- Expandir a capacidade de ligação das escolas para 300Gbps até 2024;
- Disponibilizar recursos tecnológicos a todos os alunos e professores;
- Criar Laboratórios de Educação Digital até 2025;
- Produzir conteúdos educativos digitais de qualidade;
- Desmaterializar os processos de realização e classificação de provas de avaliação até 2025.

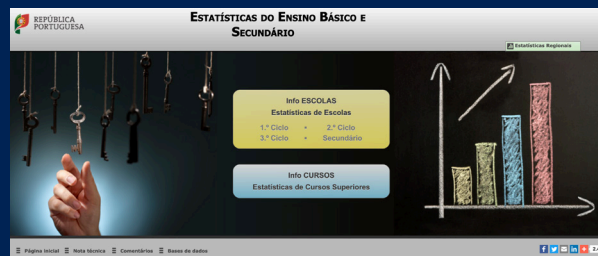
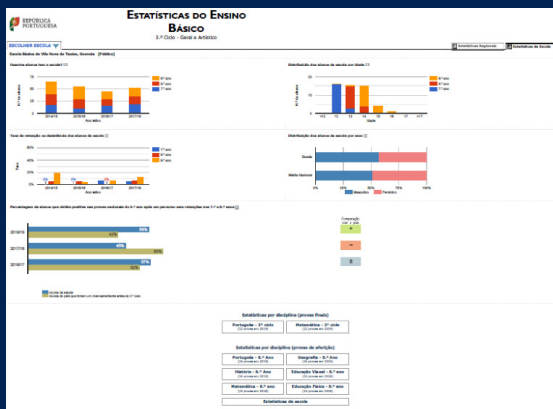
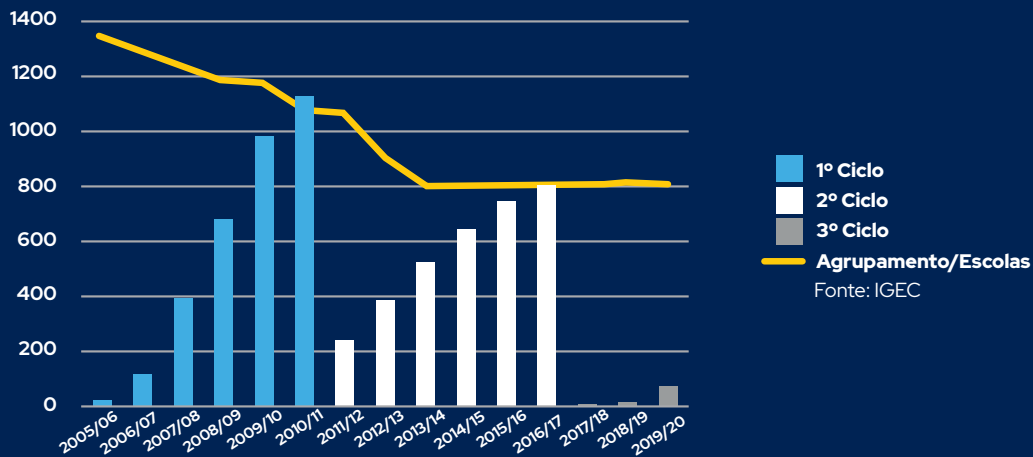
---

## 11. Avaliação como alavanca de desenvolvimento

A avaliação tem constituído igualmente uma área de grande desenvolvimento, no sistema educativo português, enquanto dimensão formativa, autorreguladora e de prestação de contas, plenamente em linha com as orientações europeias, nesta área. A este propósito, valerá a pena destacar:

- a avaliação contínua das aprendizagens garantida pelas escolas, ao longo de todo o percurso de educação e formação com caráter eminentemente formativo, de apoio às aprendizagens;
- as provas nacionais de aferição, em momentos intermédios dos três ciclos do ensino básico, as provas finais de 9.º ano e os exames finais nacionais do ensino secundário (12.º ano), desenvolvidos pelo Instituto de Avaliação Educativa;
- o sistema de avaliação de professores, associado à progressão na carreira;
- a valorização das provas de aptidão profissional e de aptidão artística pelos alunos na conclusão do seu percurso de dupla certificação;
- a avaliação externa das escolas, cujo 3º ciclo se iniciou recentemente e coordenada pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, com a colaboração de peritos académicos;
- o sistema de garantia da qualidade do ensino profissional, alinhado com o EQAVET e implementado pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional;
- a avaliação das instituições e ciclos de estudos superiores, assegurada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

## Evolução do n.º de agrupamentos/escolas avaliados, nos três ciclos da Avaliação Externa de Escolas, face ao número total de estabelecimentos da rede pública



Fonte: DGEEC, Portal InfoEscolas [Página inicial]

Fonte: DGEEC, Exemplo de uma página do Portal InfoEscola, com informação atualizada anualmente do contexto, projetos, resultados e avaliação externa de cada escola.

---

Para uma descrição mais detalhada do sistema de educação e formação português, no contexto europeu, em Português e em Inglês, consultar o site da Rede Eurydice:

<https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/>

Para uma análise mais aprofundada dos indicadores sobre o sistema de educação e formação português, consultar o site da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: [www.dgeec.mec.pt](http://www.dgeec.mec.pt)